



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nota Técnica: 002/2026

Assunto: Sistema de Protocolo Digital de documentos junto a Câmara Municipal de Brazópolis

Serviço: André Luiz de Macedo Damazio – Técnico Legislativo

Data: 02/02/2026

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Câmara Municipal de Brazópolis, acompanhando a evolução dos meios tecnológicos e visando o aprimoramento dos serviços prestados ao cidadão, desenvolveu internamente um Sistema de Protocolo Digital, destinado ao recebimento, registro, acompanhamento e controle de documentos protocolados junto à Secretaria da Casa Legislativa.

O referido sistema encontra-se tecnicamente funcional, operando em ambiente digital controlado, com acesso público restrito à consulta do andamento do protocolo e acesso administrativo reservado à Secretaria da Câmara.

Diante da relevância institucional da ferramenta e da necessidade de observância dos princípios legais que regem a Administração Pública, submete-se o presente sistema à análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para fins de validação jurídica e definição do instrumento normativo adequado à sua oficialização.

2. FINALIDADE DO SISTEMA

O Sistema de Protocolo Digital tem por finalidade:

1. Facilitar o acesso do cidadão aos serviços da Câmara Municipal;
2. Permitir o protocolo remoto de documentos, sem necessidade de comparecimento presencial;
3. Garantir registro cronológico, rastreável e auditável dos documentos recebidos;
4. Promover maior transparência administrativa, eficiência e economicidade;
5. Modernizar os fluxos internos da Secretaria Legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

3. DESCRIÇÃO DO FUNCIONAMENTO

1. De forma resumida, o sistema opera da seguinte maneira:
2. O cidadão ou instituição realiza o envio do documento por meio de formulário digital disponível no site oficial da Câmara;
3. O sistema gera automaticamente um número único de protocolo, contendo identificação temporal;
4. O documento enviado é armazenado como arquivo original, sem qualquer modificação;
5. O requerente pode acompanhar o andamento do protocolo por meio de consulta pública, utilizando exclusivamente o número do protocolo;
6. A Secretaria da Câmara realiza a análise administrativa do documento;
7. Quando necessário, o documento é formalmente assinado e encaminhado ao interessado por meio de e-mail institucional, não ficando o arquivo assinado disponível para acesso público.

4. DELIMITAÇÃO DE ESCOPO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. Importa destacar que:
2. A consulta pública permite apenas a visualização de:
3. Número do protocolo;
4. Data e hora do envio;
5. Assunto/Ementa;
6. Status do andamento (ex.: Protocolado ou Assinado e Enviado);

Não há acesso público a documentos assinados, em observância à proteção de dados e à integridade dos atos administrativos;

O sistema adota critérios compatíveis com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), evitando exposição indevida de informações pessoais;

O número de protocolo possui grau adequado de unicidade e imprevisibilidade, funcionando como elemento de autenticação da consulta.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

O Sistema de Protocolo Digital encontra respaldo nos seguintes princípios e normas:

- Princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal (legalidade, eficiência, publicidade e economicidade);
- Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), no que se refere à transparência administrativa;
- Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018);
- Autonomia administrativa do Poder Legislativo Municipal, prevista na Lei Orgânica do Município;

Poder de auto-organização da Câmara Municipal para disciplinar seus serviços internos.

6. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO NORMATIVA

- Considerando que o sistema impacta diretamente os procedimentos administrativos da Casa, entende-se necessária a análise da Comissão quanto:
- À forma adequada de institucionalização do sistema (Resolução, Ato da Mesa ou Portaria da Presidência);
- À compatibilidade do sistema com o Regimento Interno e demais normas vigentes;
- À segurança jurídica dos atos praticados por meio do Protocolo Digital.

7. ENCAMINHAMENTO ÀS COMISSÕES

Diante do exposto, solicita-se que as Comissões de Legislação, Justiça e Redação, Finanças, Orçamento e Tomada de Contas;

- Analisem o Sistema de Protocolo Digital sob os aspectos legal, regimental, financeiro e constitucional;
- Emitam parecer quanto à sua regularidade jurídica;
- Sugiram, se entenderem necessário, ajustes normativos ou procedimentais;

Coloca-se o setor técnico da Câmara à disposição das Comissões para esclarecimentos adicionais, demonstrações práticas do sistema ou eventual oitiva, caso julguem pertinente.